

Tese 4 – Vamos à Luta!

Conjuntura

Este Congresso ocorre num momento muito particular da conjuntura. A crise econômica mundial mostra os limites do capitalismo e como os governos atacam conquistas do povo. Trilhões são destinados para salvar os grandes bancos. Para pagar a conta, os governos adotam políticas de “austeridade”: mais privatizações, ataques aos direitos trabalhistas e destruição dos serviços públicos. Tudo para manter o pagamento religioso da Dívida Pública, ou seja, para transferir renda do povo para os ricos.

Mas a conjuntura não é marcada apenas pelos ataques da burguesia e dos ricos, mas também pela enorme resistência dos povos. Inúmeras greves gerais ocorreram em vários países da Europa, inclusive uma mobilização continental, em 1º de Junho. O movimento “occupy” nos EUA. A mobilização dos “indignados” na Espanha. E, claro, a Primavera Árabe, onde mobilizações populares derrubaram vários governos e, neste ano, produziu a maior mobilização da história, com 17 milhões de pessoas em protesto nas ruas do Egito. Ainda que os poderosos tentem deter as lutas populares, com repressão e guerras, a chama continua acesa, inclusive com a ampla rejeição dos próprios norte-americanos a mais uma intervenção militar, desta vez na Síria.

Neste ano, chegou a vez do Brasil. Na maior mobilização da nossa História republicana, milhões foram às ruas em mais de 500 cidades! A brutal repressão policial, já corriqueira nas periferias urbanas, foi o estopim da insatisfação reprimida. A ilusão de que tudo ia bem e que caminhávamos pra ser uma potência, finalmente, caiu por terra. A juventude saiu às ruas para reivindicar redução do preço do transporte coletivo, defender os serviços públicos de qualidade, protestar contra a repressão, a corrupção e os desmandos da Copa. Exigiu o que parecia impossível – e venceu!

Da mesma forma, evidenciou-se que o modelo (supostamente “neodesenvolvimentista”) baseado em exportação de *commodities*, endividamento das famílias, desmonte dos serviços públicos e políticas “compensatórias” não era sustentável. Mas não se trata apenas de uma rejeição ao modelo econômico vigente nas últimas décadas. Vivemos no Brasil uma contestação geral ao caráter parcial e restrito da nossa “democracia”. Não é à toa, que os principais alvos das mobilizações são, além dos bancos, justamente os símbolos do poder (palácios e parlamentos). Isso mostra que a população não mais se contenta com apenas votar “no menos pior” a cada 2 anos, enquanto os ricos decidem o futuro do país.

Os governos e os partidos da Ordem tentam de várias formas limitar as mobilizações. Seja tentando apresentar medidas para “acalmar” as ruas, seja tentando desviar o foco das mobilizações (caso da Reforma Política), seja tentando impor pautas conservadoras aos atos, através da imprensa comercial.

Entretanto, a principal reação dos governos têm sido a criminalização (ataque ao “vandalismo” e aos “mascarados”) e a repressão. Nisso também se igualam os diferentes governos SP (PSDB), RJ (PMDB), CE (PSB), DF e BA (PT). Em BH, onde a repressão foi mais forte, a PM tucana e a Força Nacional (enviada por Dilma) se uniram para atacar o povo. Isto tem aumentado a consciência de que a “velha” direita e a “nova” são mais parecidas do dizem. O caso de São Paulo é emblemático: Alckmin e Haddad estiveram juntos na negação das demandas populares, na desqualificação dos manifestantes, na repressão e no recuo. Juntos,

também, anunciaram o corte de outras áreas sociais. Como na canção, “*no es lo mismo, pero es igual*”.

O avanço na consciência da população tem feito avançar a luta pela desmilitarização das PMs e o clamor contra o extermínio da população pobre e negra das periferias. A comoção popular pelo desaparecimento do pedreiro Amarildo é um exemplo da rejeição à repressão, como atestam todas as pesquisas.

Em Campinas, as mobilizações contra os abusos no transporte público privatizado tem exposto o caráter reacionário do Governo Jonas (PSB, PSDB, PCdoB, etc). A juventude tem corajosamente ido às ruas exigir o Passe Livre, a CPI dos transportes, e a saída do Secretário de Transporte, Sérgio Benassi (PCdoB). O STU participou ativamente das mobilizações e apoiou firmemente os movimentos que foram protagonistas das mobilizações.

Ainda que os atos com dezenas de milhares tenham rareado, a mobilização popular continua em todo o país. E em 2014, a proximidade entre as campanhas salariais de quase todo o funcionalismo e a Copa do Mundo vão propiciar um novo ciclo de grandes manifestações. É tarefa dos lutadores preparar os novos levantes, que os governos já prometem reprimir duramente a fim de garantir os negócios e acordos com a FIFA.

Por fora dos bastidores, uma nova geração de lutadores se apresentou nas jornadas de luta contra o aumento das tarifas de ônibus urbano. O movimento expôs o terror das elites, e mesmo de alguns que se dizem “de esquerda”, frente à mobilização popular, e abriu um novo período para o Brasil por três feitos: garantiu, nas ruas, um novo e amplo espaço democrático para manifestação; apontou o caminho da luta como meio de conquistas; e encerrou o período histórico em que as lutas de massas no Brasil foram hegemônicas pelo partido do governo. O verdadeiro dique de contenção das lutas, formado por partidos, sindicatos e movimentos, se rompeu.

As conquistas estão nascendo da mobilização. Só a luta muda a vida. Vamos à luta!

Movimento Sindical

Uma das principais características do movimento sindical brasileiro é o seu atrelamento ao Estado, o que remonta a ditadura Vargas (1930-1945). A motivação disso é clara: reduzir a capacidade de luta dos trabalhadores. Até mesmo qual sindicato vai representar determinada categoria é uma decisão do Estado, no caso, o Ministério do Trabalho. É o caso dos trabalhadores FUNCAMP e demais terceirizados da Unicamp, “representados” por sindicatos de fachada (SEAAC e Siemaco), cujos únicos objetivos são impedir/dificultar a luta dos trabalhadores e fazer negócios.

Pra piorar a situação, nos últimos anos, o governo adotou a tática de cooptação aberta das Centrais Sindicais, que passaram a defender o governo, em detrimento dos trabalhadores. O discurso dessas centrais governistas (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, etc) é que agora há um governo “amigo dos trabalhadores”, que “dialoga”, e que está “aberto ao debate” e “em disputa”. Na realidade, o que existe é uma profusão de cargos distribuídos entre os dirigentes sindicais, enquanto o governo segue atacando os direitos dos trabalhadores.

Após as grandes mobilizações de junho, as burocracias sindicais tentaram se realocar, sendo obrigadas a chamar atos em 11 de julho e 30 de agosto. Mas o claro objetivo de defender o governo afastou os trabalhadores, que em sua grande maioria não aderiram aos atos (com algumas poucas exceções) puxados pelas Centrais governistas (principalmente a Força Sindical). Isto não invalida a importância destes atos, na medida em que são resultado das

mobilizações de junho, mas explicitam que o sindicalismo precisa se reinventar e sair da lógica de “disputar por dentro” e “defender o menos pior”, em busca de migalhas.

Além de romper com o governismo, o sindicalismo precisa não ficar preso à lógica jurídico/burocrática que hoje predomina. Um exemplo é a questão da Funcamp: é importante lutar no campo jurídico para garantir ao STU o direito de representar os trabalhadores terceirizados. Mas temos que desde já atuar como sindicato de fato, construindo a mobilização.

Outro exemplo é o Imposto Sindical, que é o pilar de sustentação do peleguismo e do neo-peleguismo. Por isso, o STU deve continuar a devolver a todos os trabalhadores a parte deste imposto que caberia ao sindicato, servido de exemplo para todo o país.

Assim, igualmente, é preciso superar a enorme fragmentação do movimento sindical combativo, na perspectiva de criação de uma central sindical que escape da lógica burocrática e do governismo. Entretanto, enquanto isso não ocorre, o STU deve continuar fomentando as iniciativas reais de lutas unificadas e apoiando ativamente os movimentos que enfrentam os governos, bem como apoiando as oposições sindicais comprometidas com a renovação do sindicalismo brasileiro.

O movimento sindical deve se sintonizar com as mobilizações que varrem o país. Uma nova geração de trabalhadores tem se colocado em luta, em dezenas de categorias, especialmente no serviço público. Mas frequentemente não encontra nos sindicatos um canal de expressão de sua indignação. Pois, quase sempre, os sindicatos estão presos ao corporativismo, ao economicismo, ao personalismo e a uma tremenda burocratização.

Para romper com isso, é preciso radicalizar a defesa do serviço público, lutar contra as privatizações e as terceirizações, pela redução da jornada e apoiar as lutas pelas conquistas de direitos sociais e democráticos (transporte, moradia, acesso a terra, etc).

Unicamp e STU

A Unicamp, assim como a Usp e a Unesp, vem sofrendo profundamente com as políticas educacionais neoliberais. Entre as características destas mudanças, há o rebaixamento e a diferenciação curricular dos cursos, as mudanças nos contratos de trabalho docente e dos técnico-administrativos e o aumento da interação da universidade com as grandes corporações. Um claro exemplo é a FCA, que assim como a EACH (Usp) e os novos *campi* da Unesp, são inspirados no programa REUNI, do governo federal. A tentativa de compra da Fazenda Argentina é um claro exemplo de promiscuidade entre a universidade e o “big business”, onde falta de transparência e financiamento de campanhas são duas faces da mesma moeda.

Para nós funcionários, o que fica é o quadro insuficiente de trabalhadores, a substituição dos direitos sociais e trabalhistas por soluções de mercado e “benefícios” e o aumento do assédio moral. Como corolário disso, nossa categoria sofre com o aumento do adoecimento e a falta de uma carreira, além dos ainda baixos salários. A gestão Fernando Costa era a expressão caricata desta política.

Em 2011, nossa categoria votou no Vamos à Luta! justamente para enfrentar essa situação e acabar com o “chazinho com o reitor” e os acordos de gabinete, que predominava no STU. Desde o primeiro momento, o Vamos à Luta! apostou na mobilização e na denúncia dos desmandos da reitoria, como a compra da Fazenda Argentina, as irregularidades na PG e os supersalários da cúpula da Unicamp.

Em 2 anos tivemos conquistas impensáveis anteriormente, como a implementação (ainda que a conta-gotas) da ISONOMIA e o Vale-Alimentação que triplicou. Mais do que isso: na maior

greve das últimas 2 décadas, nossa categoria desafiou a reitoria e foi responsável pelo “racha” da gestão Fernando Costa em 4 candidaturas. Mais do que isso, obrigou os 4 candidatos (que meses antes eram contra as nossas reivindicações) a se comprometer com a nossa pauta, inclusive com a isonomia.

Por um lado, a vitória de Tadeu é fruto do rechaço dos trabalhadores a Fernando Costa e ao candidato por ele apoiado. Consequências da Greve de 2011. Por outro, a “mudança” visa apenas deixar tudo como estava. Terceirização, gastos suspeitos (Fazenda Argentina), privatização do espaço público e supersalários continuam do mesmo jeito. Além da falta de transparência com os recursos, inclusive os R\$ 1,3 bi de “sobra de caixa”. E com uma dose maior de clientelismo, para os “amigos do rei”.

O tão propalado “diálogo”, muitas vezes, é só enrolação. Caso das 30h, que até agora não saiu do papel. Apenas uma comissão, cujos trabalhos são secretos. Isso quando não tenta ludibriar os trabalhadores, como na tentativa de empurrar a negociação sobre as punições da greve para cada unidade separadamente (proposta rechaçada pelos trabalhadores). Continuam as terceirizações, continuam os supersalários, continua a tentativa de comprar a Fazenda Argentina e doá-la pra multinacionais, continuam os desmandos na PG. Para os trabalhadores FUNCAMP, a única resposta de Tadeu é “prestem concurso”. E Tadeu/Álvaro ainda foram coniventes com o uso da PM para intimidar as trabalhadoras da limpeza que estavam em greve. Infelizmente, muitos têm se deixado seduzir pela “nova” reitoria e apostam na suposta “boa vontade” do reitor.

O caso da PM é bastante emblemático. Por ordem do governador, a reitoria anunciou que firmaria um convênio nos moldes do existente na Usp e que a PM já estaria autorizada a realizar rondas nos campi. Tudo sem diálogo algum com a comunidade. Foi apenas após a luta dos estudantes que a reitoria se dispôs a debater um plano de segurança e vivência que não incluía a militarização da universidade. O STU atuou firmemente denunciando o autoritarismo da reitoria, rechaçando a PM, defendendo o fim da terceirização e apoiando a luta dos estudantes. Atuação que foi inclusive referendada em assembleia.

Aqueles que antes estiveram no STU, se empoleiraram na reitoria e agem para manter seus cargos, distraíndo os trabalhadores. Não é de se estranhar, pois já agiam assim na gestão Fernando Costa. Infelizmente, parte da diretoria rompeu com o Vamos à Luta! e com a proposta de um sindicalismo combativo e independente, apostando no sindicalismo “propositivo” da Força Sindical. E parou de denunciar os desmandos da reitoria, achando que “não adianta fazer pressão” e pra não comprometer o “espaço de diálogo”. Se limitam a cobrar “o programa do Tadeu”, ou seja, a só exigir da reitoria aquilo que ela tem de antemão disposição de dar. É um erro tremendo e que compromete nosso sindicato.

Essa ilusão tem prejudicado enormemente o STU e nossa categoria. Exemplo disso foi a nossa campanha salarial de 2013, que poderia ter arrancado muito mais do que a reitoria se propôs a fazer. Não se pode servir a dois senhores: ou o sindicato é um instrumento de luta dos trabalhadores contra o patrão, ou é apenas um “despachante de luxo” perante a reitoria. O resultado da indefinição é o “travamento” do sindicato. Quem ganha com isso é o reitor! Para a reitoria, não é necessário que o STU faça sua defesa. Basta que fique travado. Não podemos desperdiçar outra campanha salarial com essa indefinição. Por isso, propomos a antecipação da eleição do STU para março de 2014 e que a eleição seja Majoritária, ou seja, a Diretoria do STU seja formada pela chapa mais votada. De modo que os trabalhadores decidam que tipo de campanha salarial pretendem ter no ano que vem.

Os trabalhadores da Unicamp precisam decidir que tipo de sindicato desejam: o “propositivo” e de “chazinho com reitor”, que ilude os trabalhadores ou o combativo, que acredita que só há conquistas quando há luta e enfrentamento. Eis aí a maior polêmica do nosso Congresso.

Vamos à Luta!

Outras propostas:

- O STU defende suspensão do pagamento da Dívida Pública e realização de uma Auditoria, conforme determina a Constituição Federal.
- O STU defende a implementação de cotas raciais em todos os processos de admissão na Unicamp.
- O STU defende que o petróleo brasileiro seja 100% estatal, suspendendo e revertendo os leilões de entregam nosso patrimônio à multinacionais.